EVENTO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Órgãos e entidades presentes	• Associação Mineira de Municípios – AMM • Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais – Cerna • Conselho Estadual da Mulher – CEM • Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM • Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP-MG • Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte – Comdim • Defensoria Pública de Minas Gerais – Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem • Federação Interestadual de Servidores Públicos Municipais e Estaduais – Fesempre • Fórum de Mluheres do Mercosul – Capítulo Brasil • Igreja Batista Getsêmani – IBG • Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – Felisburgo • Movimento Popular da Mulher – MPM • Pastoral da Criança – Joaíma • Pastoral da Mulher de Belo Horizonte – Projeto Diálogos pela Liberdade • Polícia Civil de Minas Gerais – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM • Polícia Civil de Minas Gerais – Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família – DIOPF • Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Subsecretaria de Políticas para Mulheres – SPM • Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – Coordenação de Saúde da Mulher • Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso – Cepid • Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais – SEESVEMG • Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Sindpol • Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais – Sind-UTE/MG • Tribunal de Justiça de Minas Gerais – 13ª Vara Criminal Especializada nos Crimes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Parlamentares e assessorias	• Deputada Rosângela Reis • Assessoria da deputada federal Jô Moraes • Assessoria da deputada Marília Campos • Assessoria da deputada Rosângela Reis
Assessoria ALMG	• Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID • Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	

Pauta Prevista	• Abertura
	• Apresentação dos convidados: nome e instituição que representa
	• Apresentação da proposta do evento
	  ◦ Breve consideração sobre os Eventos Institucionais e sobre o evento em pauta
	• Abertura da palavra para as(os) convidadas(os) apresentarem suas expectativas para o evento
	  ◦ Pedido às(aos) convidadas(os) de indicação de outras entidades não presentes para também integrar a Comissão Organizadora nas próximas reuniões
	• Marcação da próxima reunião preparatória
	• Encerramento

Transcurso da reunião / pontos importantes **Transcurso da reunião / pontos importantes**	• Aberta a reunião sob a coordenação da equipe técnica. • A assessoria da GPI, que é a gerência responsável pelos eventos institucionais de construção coletiva, expôs o motivo da reunião: o início da organização de uma pauta para os eventos de comemoração do Dia Internacional da Mulher em 2017. • Informou-se que as deputadas não puderam estar presentes na abertura, devido a compromissos diversos de última hora. • Foram justificadas as ausências da deputada Rosângela Reis, que estava na estrada de Ipatinga para cá, e da deputada Marília Costa, que estava acompanhado o ex-presidente Lula em visita ao Isidoro. • Breve apresentação dos presentes: nome e entidade que representa. • Passada a coordenação da reunião para a deputada Rosângela Reis. • A parlamentar afirmou sua satisfação em participar novamente da preparação para a comemoração do 8 de março, dizendo que a Assembleia não pretende concorrer com outros eventos preparados para a data, mas sim somar, no sentido da capacitação e formação para o protagonismo das mulheres, elevando cada vez mais a cidadania das mulheres em Minas Gerais; o sucesso da iniciativa depende de uma pauta bem organizada e, principalmente da parceria com os movimentos sociais e outros órgãos do poder público; relatou que, nos últimos anos, as experiências foram muito positivas; não se aboliram as homenagens, mas tem sido importante ir além, tratando outros assuntos de fundamental importância, como a questão da violência contra as mulheres. A deputada mencionou também todo o trabalho feito no último ano pela Comissão Extraordinária das Mulheres, cujo relatório será apresentado no escopo dos eventos; estão sendo propostos alguns encontros no interior, e um grande encontro aqui na Assembleia, lembrando que não temos muito tempo para o planejamento das atividades, uma vez que, com o recesso de janeiro, temos poucas semanas entre dezembro e fevereiro, e por isso já foi elaborada uma proposta de calendário de atividades. • A equipe técnica fez uma breve consideração sobre os eventos institucionais, que são instâncias de participação democrática e interlocução social, construídos coletivamente em parceria com entidades da sociedade civil e do poder público. Para a comemoração do 8 de Março de 2017, já há uma proposta inicial de calendário, que pode ser alterada por esse coletivo, sendo as entidades parceiras também ouvidas para a definição das temáticas, das cidades a serem visitadas e da programação dos eventos, para as quais se pedem sugestões de palestrantes. A proposta de cronograma inclui um evento de abertura, por volta do dia 8 de março, com a apresentação do relatório da Comissão Extraordinária das Mulheres, quatro audiências públicas no interior, nos dias 13, 17, 24 e 31 de março e um ciclo de debates no dia 7 de abril. As audiências públicas são preferencialmente realizadas nas segundas e sextas-feiras, que são os dias em que não há

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	reuniões de Plenário e de comissões na Casa. • A palavra foi aberta às participantes, para avaliação da proposta e contribuições • Colocou-se a importância de estreitar relações para fortalecer as políticas públicas, uma vez que o judiciário está numa ponta e as delegacias e as entidades que fazem o acolhimento das mulheres vítimas de violência na outra; é necessário articular a rede, com troca de experiências e de críticas construtivas; mencionou-se que a Polícia Civil possui cerca de 23 mil inquéritos e, por outro lado, cada vara tem em torno de 10 mil processos; a lei é educativa e inovadora, mas quando a audiência ocorre, já é tarde, e o judiciário precisa se articular melhor com os demais órgãos e entidades envolvidos. • Expressou-se agradecimento e concordância com a fala da representante do judiciário, mencionando-se que a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher tem articulado diversas entidades há 10 anos, mas que uma maior aproximação com o judiciário é de fato necessária. Relatou-se que a rede realiza reuniões ordinárias nas primeiras quartas-feiras de cada mês, abertas a adesões. Foi feito convite para que todas as parceiras participem, no dia 5 de dezembro, do 10º Seminário da Rede, sob o título “10 anos da Lei Maria da Penha: o que temos a dizer”, no Sinpro (Rua Jaime Gomes, 189, Bairro Floresta). • Foram sugeridas algumas regiões do Estado para as audiências públicas: Vale do Jequitinhonha, leste do Estado, norte de Minas, que são áreas com muitos casos de violência. • Foi relatada a recente decisão de que a Rede de Enfrentamento à Violência tenha um colegiado (em lugar de uma coordenadora), com representações da sociedade civil e do poder público que sejam referência para tocar a rede e fazer os chamados; para a coordenação do colegiado foram eleitos o Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher de Minas Gerais – Cerna –, por parte do poder público, e o Movimento Popular da Mulher, pela sociedade civil. • Foi sugerida a abordagem da questão do estupro, que tem se proliferado e está fora de controle. • Relatou-se a violência com pessoas quilombolas negras, que tem sido expulsas de suas terras por grileiros, e sugerida a abordagem questão da demarcação das terras quilombolas. Foram sugeridos como locais para as audiências: Joaíma, em que há a comunidade de Barreirinho, Jequitinhonha e Felisburgo. Relatou-se que os pistoleiros da chacina de Felisburgo foram condenados mas estão soltos, tendo um deles feito recentemente ameaças em praça pública. Solicitou-se o apoio desse coletivo para o avanço da reforma agrária e erradicação do latifúndio, que tem gerado desemprego, violência e morte. • A deputada agradeceu as contribuições importantes, e lembrou que a agricultura familiar começou com as mulheres. • Relatou-se que houve, em 2016, um avanço muito grande na articulação entre a polícia Civil, a Rede, demais instituições e as varas de violência doméstica, e que a parceria traz avanços nas ações. • Foram apresentadas algumas ponderações sobre as datas: o dia 8 já tem muitas atividades dos movimentos sociais, que estão num momento de ocupações e manifestações de rua, e não seria bom sobrecarregar a data. Sobre os dias 13 e 17 de março, foi questionada a realização de duas viagens numa mesma semana. • Sugeriu-se, como temática: foco em ações locais e regionais que já estejam em prática e que possam ser mais conhecidas e potencializadas. • Foi reforçada a importância de levar uma das audiências para o Jequitinhonha, e relatada a organização de um grupo mulheres de lá que vieram para o PPAG disputar recursos no orçamento e fizeram uma audiência pública lindíssima na

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	última quarta-feira. • Colocou-se que uma maior articulação da rede é de fato um tema muito proveitoso, sobretudo para as audiências no interior, onde geralmente as entidades não têm redes estabelecidas. • Foram sugeridos mais dois temas para as mesas: recorte racial no atendimento, uma vez que existe uma vitimização maior da mulher negra, que precisa de um atendimento especializado; e a questão do machismo institucional, que é um tema novo, sobre o qual há um grande desconhecimento na esfera da defensoria pública, principalmente por parte dos colegas homens. • Lembrou-se que a categoria de professores é predominantemente formada por mulheres, que sofrem violência e muitas vezes não apresentam denúncias. Afirmou-se que precisamos ouvir mais, a mulher que é vítima muitas vezes não sabe nem onde ir; como ouvir as mulheres que ainda não tiveram coragem de denunciar? • Foi proposto realizar as audiências de acordo com o recorte estatístico de onde a violência é mais prevalente. • Relatou-se que durante a construção dos planos municipais de educação, houve uma articulação de setores conservadores para retirar dos planos todas as questões relativas a gênero e à orientação e diversidade sexual, que foram suprimidas na maioria dos municípios; os movimentos conseguiram garantir esses temas no fórum técnico sobre o plano estadual, mas há um lobby conservador na ALMG para retirar os pontos na votação do projeto. Afirmou-se que discutir gênero na educação é combater a violência contra a mulher. • Foi sugerida a inclusão na pauta da temática de gênero, não para definir posições, mas realizar um debate honesto. • A representação do Sind-UTE colocou toda a estrutura do sindicato à disposição para a organização dos eventos, lembrando-se que a rede estadual de educação tem grande capilaridade; há municípios com grande carência de serviços públicos, mas sempre há uma escola estadual. • Argumentou-se que racismo e violência contra a mulher (com o mapa da violência como pano de fundo) são assuntos que nos angustiam e carecem de um debate e uma reflexão, para que se tome uma posição unificada, mas que, como estamos a 4 meses do 8 de março, e a situação política do país é muito difícil e vulnerável, com a tramitação de projetos no Congresso que tratam de cortes nos orçamentos das políticas sociais e de uma reforma do ensino médio não debatida com a sociedade, propõe-se uma abordagem direta à questão da educação, lembrando-se que nenhum assunto das mulheres está fora do espectro da educação. • Colocou-se que é necessária uma maior divulgação no Estado dessa comemoração do 8 de Março, diversificando os locais. Foi proposta uma audiência em Buritis, que é o lugar em que há estatisticamente mais violência contra a mulher, de acordo com o Mapa da Violência de 2016. • Foi dito que o tema da reforma agrária deveria vir a tona em Joaíma, assim com em todo o Estado; mas como precisamos de um tema que sirva como eixo para todas as discussões, a educação seria o mais apropriado. • Afirmou-se que foi com alegria que se participou em 2015 na construção dessa pauta, junto com a bancada feminina, reforçando-se que precisamos de todas as deputadas nesse processo. Infelizmente nem todas as parlamentares se envolvem com a temática da política para as mulheres • Colocou-se a necessidade de continuar exigindo um lugar de direito para a mulher na Mesa Diretora da ALMG; essa demanda, que foi colocada antes da instituição da comissão extraordinária, virou a PEC 16. O presidente Adalclever Lopes

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	chegou a manifestar sua intenção de anunciar essa vaga no evento de março de 2016, mas até hoje isso não foi realizado. • A deputada Rosângela colocou que de fato há um acordo com o presidente para a aprovação da PEC 16, e há uma expectativa de que ela seja levada a votação ainda esse ano. A deputada lembrou que a legislatura começou com 7 deputadas, mas que, com o afastamento das parlamentares Cristina Corrêa e Geisa Teixeira, há hoje cinco deputadas na Casa. Lembrou ainda que o tema sempre conta com a participação efetiva da deputada Marília Campos, assim como da deputada Ione Pinheiro. • Foi sugerido que, uma vez que o machismo institucionalizado gera a violência, os homens sejam trazidos para o debate. Existe a necessidade de uma mudança cultural, que só pode ser conseguida pela educação. • Colocou-se que a discussão desses temas não pode ficar restrita a um período, e se propôs a formação de comitê ampliado, com participação do legislativo, do poder público e da sociedade civil, para manter os temas na pauta de discussão ao longo do ano. • Foi apresentado o tema da violência psicológica e moral nos ambientes de trabalho; mulheres debilitadas emocionalmente por violência não consegue erguer a voz contra o homem, sendo necessária a busca por empoderamento nos locais de trabalho e por uma maior participação nos espaços de decisão. • Afirmou-se que se falou muito da violência contra a mulher, mas que não foi colocada a questão da prevenção a essa violência, sendo necessário abordar o problema da dependência química, que é fator presente em grande parte dos casos de agressão, • A deputada esclareceu que o tema da educação está diretamente ligado à prevenção, uma vez que a educação pode gerar uma mudança cultural, de pensamento e consciência, e lembrou que todos os temas levantados estão integrados na realidade: é necessário tanto agir na ponta, acolhendo as vítimas e gerando medidas protetivas, quanto levar a reflexão a toda a sociedade; o agressor também precisa ser atingido por ações educativas e preventivas. • A representação da Secretaria de Saúde relatou as atividades que tem sido realizadas, como o outubro rosa com discussões mais ampliadas, trazendo também as questões do câncer de colo de útero, da consciência do corpo, de cuidados com a saúde, de gênero e da inclusão da mulher trans. Foram informadas algumas ações no calendário da SES para 2017: “Semana de luta pela saúde da mulher e redução da mortalidade materna” de 29/5 a 2/6, atividades no 8 de março, e “Semana de Combate à Violência Obstétrica”, de 25/11 a 2/11. • Colocou-se a questão da retirada de bebês de mulheres usuárias de drogas, moradoras de rua e em sofrimento mental, problema que se iniciou em 2014, com uma recomendação de denúncia para os profissionais de maternidades e que recentemente se tornou uma portaria. Manifestou-se uma preocupação com essa medida classista, higienista, racista e machista, que coloca o foco da ação do Estado sobre os bebês, com nenhuma preocupação e atenção sobre as mulheres, e relatou-se a formação de uma comissão técnica, puxada pelo CRP, para fazer um estudo mais aprofundado dos casos, sendo as demais entidades convidadas a participar. • Foi feito convite para uma discussão sobre aborto, hoje às 19 horas no CRP, na Rua Timbiras, 1.532, 6º andar. • Foi apresentado também convite para reunião hoje, às 19 horas, no Centro de Referência da Juventude (Praça da Estação, 50), com discussão sobre essa questão da retirada dos bebês, abordando a saúde mental, drogadição e criminalização dessas mulheres.

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Transcurso da reunião / pontos importantes	• Foi apresentado como ponto de discussão a questão da invisibilidade das mulheres idosas, que é um público duplamente vulnerável. • Foi solicitada autorização às demais parceiras para que a ALMG possa fornecer os contatos das pessoas presentes nessa reunião para que sejam enviados convites para as ações da Rede de Enfrentamento à Violência; houve concordância de todos os presentes. • Foi colocado como ponto para os debates o botão de pânico, projeto inicialmente instalado em Vitória-ES, com resultado satisfatório. Hoje há naquela cidade 100 mulheres com o dispositivo; nos primeiros 6 meses, a utilização gerou prisões em flagrante em 65% dos casos, com atendimento em 5 minutos, em média (entre 3 e 9 minutos); houve redução de 11% nas estatísticas de feminicídio, e no último ano e meio não houve mais acionamento dos botões. Estão sendo realizadas tratativas entre a Polícia Civil e o TJMG para implementação de projeto similar em Belo Horizonte. • Após questionamentos, esclareceu-se que o botão do pânico implementado no Espírito Santo se assemelha a um controle remoto de garagem, e seu funcionamento não depende de sinal de internet ou telefonia móvel, funcionando por rádio; ao ser pressionado por mais de 3 segundos, o dispositivo envia a localização por GPS e gravação de áudio em tempo real para uma central que possui todos os dados do caso, sendo também acionados por *smartphones* os agentes de segurança mais próximos ao local. • Foi reforçada a proposta de inclusão da temática de gênero, apesar dela ter sido abordada em anos anteriores. • Colocou-se que é preciso definir que caminho se deve seguir dentro do tema Mulher e do grande eixo Educação, sendo pertinentes nesse momento o termo “gênero” e as questões do ensino médio, da violência contra a mulher e do machismo cristalizado na sociedade. • Foi sugerido como grande tema para as atividades de 2017 “A Educação para o Empoderamento das Mulheres”. • A assessoria técnica sistematizará uma proposta de temário, buscando contemplar as sugestões apresentadas na reunião. Outras sugestões de temas podem ser encaminhadas por e-mail, pelo endereço gpi@almg.gov.br • Foi colocada a necessidade de fechar o calendário de atividades na próxima reunião, e apresentadas como opções as datas de 6 ou 7 de março para o evento de lançamento, e as sextas-feiras seguintes (10, 17, 24 e 31 de março) para as audiências no interior. • Foi sugerido convite à Secretaria de Educação para as próximas reuniões. • Solicitou-se que a deputada Rosângela busque, até a próxima reunião, uma resposta do presidente da ALMG sobre a data em que será colocada em votação a PEC 16, que garante assento de uma mulher na Mesa da Assembleia, e posições das demais deputadas sobre suas presenças nesse coletivo. • Foi solicitado às parceiras que tragam, já na próxima reunião, sugestões de palestrantes para os eventos.
Próxima reunião	• **Dia 6 de dezembro de 2016, terça-feira, às 9 horas, na Sala de Reuniões 1 da GPI, localizada no 4° andar do Edifício Tiradentes (Rua Rodrigues Caldas, 79, Bairro Santo Agostinho).**

1ª Reunião Preparatória – 29/11/2016 – 9 horas – Sala de Reuniões 1 da GPI	
Tarefas combinadas	• **Solicitado às(aos) parceiras(os) que enviem sugestões de temas ainda não mencionados, de mais entidades para compor a comissão organizadora e de possíveis palestrantes para as mesas dos eventos (preferencialmente com informações de contato) para o e-mail gpi@almg.gov.br.**